

# CAO PESSOA COM DEFICIÊNCIA

EDIÇÃO Nº 06/2023



# SUMÁRIO

## EQUIPE

Dra. Daniele Crema da Rocha de Souza  
**Promotora de Justiça Coordenadora do  
CAO Pessoa com Deficiência**

Dr. Wellington Petrolini Molitor  
**Promotor de Justiça Coordenador-Adjunto  
do CAO Pessoa com Deficiência**

Thatyane Domingues Moreira Nunes  
**Assistente Social**

Rita de Cássia Arnaut Amadio  
**Analista Jurídico**

Gabrielly Maria Aleknovic da Cunha  
**Auxiliar Ministerial**

**01**

Atuação do MPMT

**02**

Ministério Público

**03**

Tribunais de Justiça

**04**

Tribunais Superiores

**05**

Conselhos Nacionais

**06**

Novidades Legislativas

**07**

Notícias

# 01 ATUAÇÃO DO MPMT

## **MPMT: TJMT SUSPENDE PARTE DA RESOLUÇÃO QUE LIMITA VAGAS A ALUNOS COM DEFICIÊNCIA**

O Tribunal de Justiça acolheu pedido liminar efetuado pelo Ministério Público do Estado de Mato Grosso, em Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI), e suspendeu a eficácia de parte do artigo 13 da Resolução 01/2012 do Conselho Estadual de Educação (CEE), que limitava o número de vagas, por turma, ofertadas no ensino regular aos alunos com deficiência. A liminar foi concedida por unanimidade entre os desembargadores que compuseram a Turma Julgadora, nos termos do voto do desembargador Rubens de Oliveira Santos Filho, relator do processo.

“Nesta fase de análise não exauriente conclui-se que a Resolução Normativa n. 001/2012-CEE/MT, ao estabelecer apenas 2 alunos com necessidades educacionais especiais por turma de 20 alunos fere o direito fundamental de acesso à educação

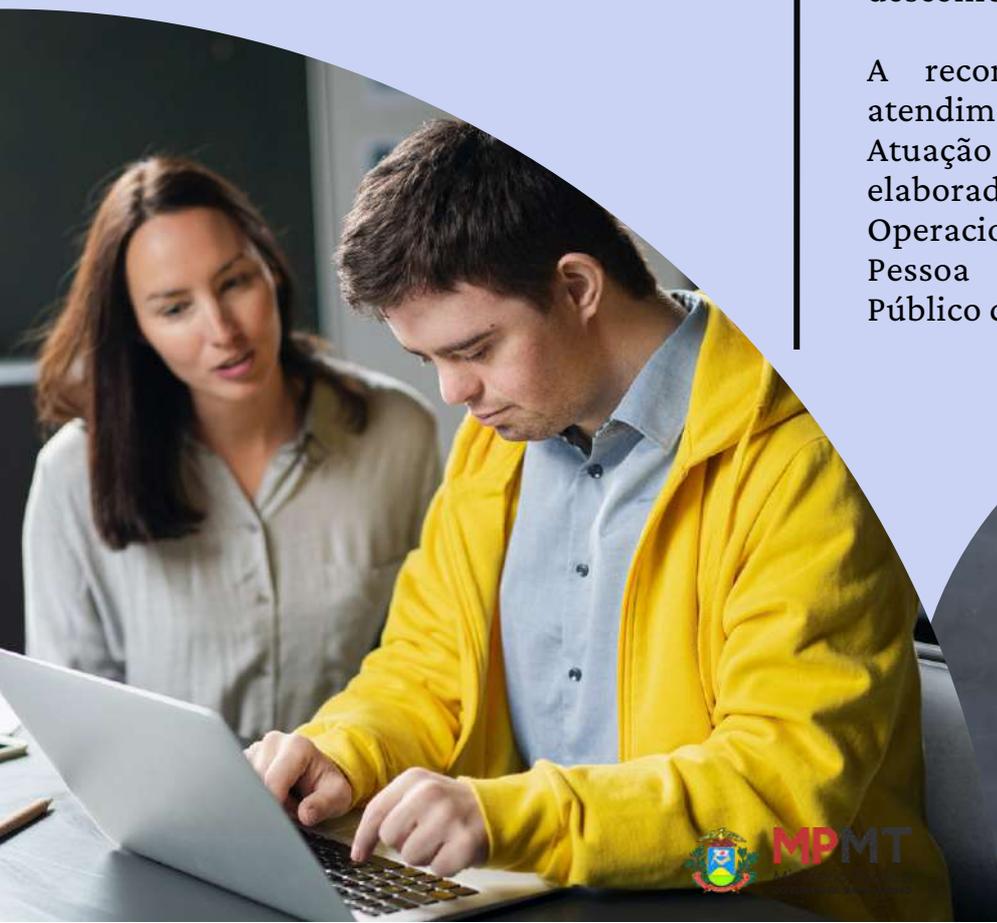
para todos, sobretudo do estudante com alguma deficiência”, enfatizou o desembargador em seu voto.

## **MPMT: PROCURADORIA ADOTA MEDIDA PARA EFETIVAR EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM MT**

A Procuradoria de Justiça Especializada na Defesa da Cidadania e do Consumidor recomendou aos promotores de Justiça com atribuições ligadas à matéria de educação, que adotem providências para a efetivação da educação inclusiva nas unidades escolares públicas e privadas do Estado de Mato Grosso.

A orientação é para que verifiquem as desconformidades existentes em cada uma das unidades escolares públicas e privadas de suas respectivas áreas de atuação, analisem a possibilidade de realizar diligências in loco e adotem as providências que entenderem necessárias, judiciais ou extrajudiciais, para sanar as desconformidades identificadas.

A recomendação estabelece ainda o atendimento às orientações do Roteiro de Atuação na Defesa da Educação Inclusiva elaborado pelos Centros de Apoio Operacional (CAOs) de Educação e da Pessoa com Deficiência do Ministério Público de Mato Grosso.



## MPMT DEBATE ESTRATÉGIAS PARA EFETIVAR EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ESTADO

"Conforme o coordenador da Escola Institucional, promotor de Justiça Antonio Sergio Cordeiro Piedade, a série "Colóquios Ministeriais" foi criada para trabalhar temas relevantes e que precisam de uma unidade institucional de atuação. "Precisamos respeitar a independência e a autonomia funcional de cada colega, mas, ao mesmo tempo, o Ministério Público brasileiro e o Ministério Público de Mato Grosso precisam de um fio condutor e de um protocolo de atuação para temas relevantes como a educação inclusiva. Então, nessa perspectiva, nada melhor do que um debate para aprimorarmos a nossa atuação. Tenho convicção de que ao final do evento teremos propostas concretas e objetivas para este avanço institucional", ponderou. (...)

A coordenadora do CAO Pessoa com Deficiência, promotora de Justiça Daniele Crema da Rocha de Souza, defendeu que a

educação inclusiva é um tema que deve ser cada vez mais debatido institucionalmente. "Em termos de população mundial, temos uma a cada sete pessoas com algum tipo de deficiência. Então, estamos falando de um universo de um bilhão de pessoas com algum tipo de deficiência, que convivem diariamente com as mais diversas formas de barreiras, sejam elas arquitetônicas, comunicacionais ou atitudinais", argumentou.

A promotora defendeu ainda que seja repensada a forma de atuação no âmbito escolar. "Vemos que há muita inserção de alunos com deficiência no ambiente escolar, mas, de fato, não existe uma inclusão desses alunos. Faltam profissionais de apoio, falta capacitação para esses profissionais, falta metodologia adaptada para que esses alunos realmente consigam desenvolver as suas potencialidades dentro do ambiente escolar", finalizou, lembrando que o evento visa sensibilizar os promotores de Justiça para que sejam agentes de transformação social nessa realidade."



**MPMT**  
Ministério Público  
do Estado

# 02 MINISTÉRIO PÚBLICO

---

## Ministério Público Federal

-  MPF apura ausência de reserva de vagas para pessoas com deficiência em concurso para juiz substituto do TJMS
-  Planos de saúde devem oferecer terapias a alunos com transtorno global de desenvolvimento em horário que não prejudique aulas, recomenda MPF
-  STJ segue entendimento do MPF e obriga Estado a fornecer remédio à base de canabidiol para tratamento de saúde

## Ministério Público de Roraima

-  MPRR recomenda adaptação do exame de capacidade física em concurso da Guarda Municipal para candidatos com deficiência

## Ministério Público do Rio de Janeiro

-  PGJ e FT-DESINST participam da assinatura do Plano Estadual de Reordenamento do Serviço de Acolhimento Institucional para Jovens e Adultos com Deficiência
-  MPRJ promove evento em homenagem à Luta Antimanicomial

## Ministério Público do Bahia

-  Município de Serrinha deve ofertar transporte escolar para adolescente com deficiência
-  MPBA aciona Município de Serrinha para que ofereça atendimento multidisciplinar a criança autista

## Ministério Público do Tocantins

-  MPTO obtém decisão que garante intérprete de Libras nos atendimentos de saúde em Gurupi
-  MPTO participa de discussão sobre criação de centro de terapia com cavalos para tratamento de pessoas com deficiência

## Ministério Público de Pernambuco

-  MPPE e Prefeitura do Recife firmam acordo para assegurar educação inclusiva e encerrar litígio judicial
-  MPPE recomenda à operadora Hapvida assegurar presença de acompanhante durante internações hospitalares de idosos, PCDs, crianças e adolescentes

## Ministério Público de Santa Catarina

-  MPSC instaura procedimento para apurar como o Município vem atendendo pacientes psiquiátricos e dependentes químicos
-  Vistoria do Programa Saúde Mental em Rede, do MPSC, interdita comunidade terapêutica em Gravatal

## Ministério Público de Goiás

-  MPGO apura notícias de cobranças indevidas a pessoas com deficiência em contratos de escolas particulares de Rio Verde
-  MPGO recomenda ao Município de Mineiros que assegure transporte adaptado e contínuo para alunos da APAE
-  Após ação do MPGO, Estado terá que fornecer professor de apoio a alunos com deficiência em escolas de Cristalina

## Ministério Público de Minas Gerais

-  MPMG - Artigo: O manicômio vive dentro de nós
-  MPMG realiza seminário para incentivar a implementação de Centros-dia nos municípios mineiros

## Ministério Público do Pará

-  CAODS elabora documento para auxiliar atuação do MPPA junto à Rede de Atenção Psicossocial
-  MPPA promove seminário sobre acessibilidade e inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho

## Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios

-  MPDFT ajuíza ação para regularizar estoques de medicamentos à base de canabidiol

## Ministério Público da Paraíba

-  MPPB constata irregularidades e recomenda adequações em salas de AEE de escolas, em Lucena

## Ministério Público do Ceará

-  MPCE inspeciona residências inclusivas em Fortaleza e reforça necessidade de manutenção estrutural

# 03 TRIBUNAIS DE JUSTIÇA

## Tribunal de Justiça de Mato Grosso

- 🔨 Por unanimidade, os desembargadores consideraram inconstitucional a normativa do Conselho Estadual de Educação que estipulava o limite de dois alunos com deficiência por sala de aula

## Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios

- 🔨 Examinadora de concurso público deve reincluir candidato com baixa visão nas vagas de pessoa com deficiência

## Tribunal de Justiça de Minas Gerais

- 🔨 Pessoa com deficiência visual integra júri na capital mineira
- 🔨 Política antimanicomial do Judiciário é tema de reunião

## Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte

- 🔨 Mantido prazo de 30 dias para Município tornar escola pública acessível para pessoas com necessidades especiais

## Tribunal de Justiça do Amapá

- 🔨 TJAP reforça o uso de ferramentas convencionais e de acessibilidade durante transmissões de sessões

## Tribunal de Justiça de São Paulo

- 🔨 Projeto Manhãs com Libras amplia inclusão no Judiciário paulista

## Tribunal de Justiça do Acre

- 🔨 Acessibilidade: adequações garantem a inclusão e a prática da equidade para as pessoas com deficiência

## Tribunal de Justiça do Amazonas

- 🔨 Grupo de Trabalho Interinstitucional (GTI) faz inspeção nas enfermarias psiquiátricas no Centro de Detenção Provisória (CPDM1) e Centro Feminino

## Tribunal de Justiça de Alagoas

- 🔨 Verbas pagas por acusados em crimes vão beneficiar deficientes em Delmiro Gouveia

# 04 TRIBUNAIS SUPERIORES

---

## STJ

- Jurisprudência em Teses publica segunda edição sobre direitos da pessoa com deficiência
- Jurisprudência em Teses publica terceira edição sobre direitos da pessoa com deficiência
- Admitido recurso ao STF sobre legitimidade do MP para ajuizar ação civil pública que discute isenção tributária para PCD

## TST

- Atendente com doença autoimune rara será indenizada por alteração no plano de saúde
- Usina é condenada por não cumprir cota de pessoas com deficiência
- Dispensa de gerente com doença psiquiátrica incapacitante é considerada discriminatória

# 05 CONSELHOS NACIONAIS

## CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

- CNJ e Ministério da Saúde trabalham para implementar Política Antimanicomial
- Comitê dos Direitos de PcDs propõe atualização de nomenclaturas de resoluções do CNJ
- Servidores com deficiência terão direito a teletrabalho assistido por equipamentos específicos
- Projeto Propagar: Balcão Visual do TRT-15 utiliza Libras para atender pessoas surdas
- CNJ lança módulo para gerir medidas de segurança para pessoas com transtorno mental

## CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

- CJF comanda Auditoria Conjunta de Acessibilidade Física nas unidades da JF



# 06 NOVIDADES LEGISLATIVAS

## LEI

### LEI Nº 12.048, DE 04 DE ABRIL DE 2023 -

Dispõe sobre a permanência de acompanhantes dos pacientes com deficiência ou com Transtorno do Espectro Autista internados para tratamento da covid-19 nas unidades de saúde públicas ou particulares no Estado de Mato Grosso

### LEI Nº 12.059, DE 14 DE ABRIL DE 2023 -

Estabelece a validade indeterminada de laudo médico que diagnostique patologia congênita, deficiência, transtorno e/ou síndromes para as quais ainda não se conheça a cura

### LEI Nº 12.063, DE 14 DE ABRIL DE 2023 -

Institui a obesidade mórbida como doença crônica para fins de acessibilidade e atendimento prioritário no âmbito do Estado de Mato Grosso

### LEI Nº 12.078, DE 17 DE ABRIL DE 2023 -

Proíbe casas de shows e espetáculos, teatros, cinemas, auditórios, estádios, ginásios de esportes e demais estabelecimentos de cobrar mais de um ingresso nos casos em que, por necessidade especial ou deficiência, o espectador necessite ocupar mais de um assento

### LEI Nº 12.084, DE 24 DE ABRIL DE 2023 -

Estabelece a obrigatoriedade da oferta, em parques públicos do Estado de Mato Grosso, de brinquedos e equipamentos de lazer adaptados para utilização por pessoas com deficiência, inclusive visual, ou com mobilidade reduzida

### LEI Nº 12.130, DE 29 DE MAIO DE 2023 -

Dispõe sobre a garantia de acessibilidade das pessoas com deficiência visual aos projetos culturais patrocinados ou fomentados com verba pública estadual

## PROJETOS

ALMT - Projeto aprovado obriga o uso de questionário para identificar TEA

Comissão aprova desconto na taxa de renovação da CNH para condutor com visão monocular

Comissão aprova projeto que isenta pessoas com deficiência da taxa de inscrição em concursos públicos

Comissão aprova projeto que reconhece as pessoas com nanismo como pessoas com deficiência

Comissão aprova projeto que reitera direito de pessoa com deficiência à modificação de veículo novo ou usado

Comissão aprova projeto que aumenta a validade de processo para compra de carro sem IPI por pessoas com deficiência

Câmara aprova projeto que prevê assistência ao autista em centros de reabilitação no SUS

Comissão aprova inclusão de dados sobre autismo e TDAH nos censos populacionais

# 07 NOTÍCIAS

---

- Defensoria lança campanha para inclusão de pessoas com deficiência
- Comissão promove debate sobre política antimanicomial no processo penal
- 1º de Maio - Dia do Trabalho - Apesar de avanços na legislação, a inclusão profissional de pessoas com deficiência ainda é um desafio no Brasil
- Preconceito atinge 3 em cada 4 pessoas com deficiência ao se deslocar
- Comissão debate situação de comunidades terapêuticas que atendem como hospitais psiquiátricos
- ALMT promoveu II Congresso sobre a Lei de Libras
- A Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) não exige incapacidade absoluta de pessoa com deficiência para concessão do Benefício de Prestação Continuada
- Autismo: uso do cordão de girassol cresce no Brasil
- PNLD 2023: livros não inclusivos podem ser recolhidos das escolas
- Surdez unilateral, o descompasso da democracia e o retrocesso legal
- Aprovada urgência para projeto sobre centros de assistência integral ao paciente autista no SUS
- CCJ aprova disque-denúncia sobre descumprimento de direitos de pessoas com transtorno do espectro autista



**MPMT**  
Ministério Público  
DO ESTADO DE MATO GROSSO

**CAO - PESSOA COM DEFICIÊNCIA**

Centro de Apoio Operacional  
Procuradoria Geral de Justiça  
65 3611-0600

[www.mpmt.mp.br](http://www.mpmt.mp.br)

**Contato:**

[cao.pessoacomdeficiencia@mpmt.mp.br](mailto:cao.pessoacomdeficiencia@mpmt.mp.br)

Descrição da imagem - Fundo rosa com várias fitas coloridas que fazem alusão a conscientização